



Segurança

Tesouro dos EUA bloqueia bens de integrante do PCC que lavou R\$ 1,2 bi

— Diego do Carmo, o Brahma, entrou em lista de agência americana de controle de ativos; mesmo isolado em prisão federal do Brasil, ele dá ordens na facção, diz o órgão

PEPITA ORTEGA

A Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos Estados Unidos (Office of Foreign Assets Control) incluiu em sua lista de pessoas “designadas” e “bloqueadas” Diego Macedo Gonçalves do Carmo, o Brahma, integrante da organização criminosa paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) e apontado como peça-chave na lavagem de R\$ 1,2 bilhão da facção, que atua principalmente no tráfico de drogas.

O órgão americano — que mantém cooperação com o Ministério Público de São Paulo — afirma que, mesmo preso, Gonçalves continua ativo no PCC. E dando ordens da cadeia.

A agência é um núcleo de Inteligência do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que administra e fiscaliza sanções econômicas aplicadas com base em políticas daquele país e internacionais contra terroristas, narcotraficantes e outras pessoas e empresas que representem ameaça para a segurança nacional.

O órgão administra programas de sanções e publica uma lista de pessoas e companhias cujos ativos podem ser bloqueados nos EUA e com quem cidadãos americanos não podem manter relações comerciais. Nesse índice, chamado de Cidadãos Especialmente Designados, o nome de Brahma foi incluído. Ele está preso

no Brasil e, por ser considerado um criminoso com alto grau de periculosidade, encontra-se isolado na penitenciária federal de segurança máxima de Porto Velho.

PROPRIEDADES E BENS. De acordo com a agência americana, com a inclusão de Brahma na lista, todas as eventuais propriedades e os bens eventualmente mantidos por ele nos Estados Unidos — até os que estão em posse ou são controlados por cidadãos americanos — devem ser bloqueados e relatados para o órgão. A sanção também atinge possíveis empresas das quais o integrante do PCC seja sócio.

Apesar de impor a sanção, a Agência de Controle de Ativos Es-

Próximos passos
Eventuais propriedades e bens mantidos por Brahma nos EUA devem ser bloqueados e relatados

trangeiros dos EUA citou a condenação do integrante do PCC, em novembro de 2022, a sete anos e onze meses de prisão por tráfico de drogas. Também foi citada a participação dele no roubo a uma agência do Banco do Brasil na cidade de Uberaba (MG), em 27 de junho de 2019.

A inclusão de Brahma na lista da agência ligada ao Departamento do Tesouro americano

Facção foi classificada como grupo criminoso mais poderoso do Brasil

Quando os EUA anunciaram, em dezembro de 2021, as novas ferramentas do Tesouro para sancionar pessoas e empresas envolvidas no narcotráfico, o PCC foi classificado como o mais poderoso grupo do crime organizado do Brasil e um dos mais poderosos do mundo. “O PCC surgiu em São Paulo na década de 1990 e abriu caminho sangrento para o domínio por meio do tráfico de drogas, bem como de lavagem de dinheiro, extorsão, assassinato de aluguel e cobrança de dívidas de drogas. O PCC opera em toda a América do Sul, Paraguai e Bolívia, e suas operações alcançam os Estados Unidos, a Europa, a África e a Ásia”, descreveu o Tesouro americano.

se dá pelo fato de ele ter “controlado, dirigido ou agido, direta ou indiretamente, em favor do PCC”.

SANÇÕES AO TRÁFICO INTERNACIONAL. Em dezembro de 2021, o presidente dos EUA, Joe Biden, assinou uma ordem executiva que deu ao Tesouro americano novas ferramentas para sancionar estrangeiros envolvidos no tráfico internacio-

A ordem executiva assinada por Biden permite que o Tesouro mire suas medidas em qualquer estrangeiro envolvido em tráfico, independentemente da vinculação a um grupo. Tais medidas envolvem, por exemplo, o bloqueio de propriedade de suspeitos e a proibição de transferências, empréstimos e financiamentos bancários. A nova regra também dá ao Tesouro autoridade para sancionar estrangeiros que recebam propriedades derivadas da receita do tráfico.

A designação do PCC como facção sob sanção também serve de alerta a bancos americanos ou que operam em território dos EUA para que passem a mapear se seus clientes podem ser integrantes ou vinculados à facção. Na prática, isso pode fazer com que os bancos como um todo fechem cada vez mais as portas a negócios do PCC. ●

“dar ao Tesouro maior flexibilidade, rapidez e poder para sancionar aqueles que fazem parte do comércio global de drogas”. O órgão classifica a ação como parte de um esforço dos EUA em combater a “ameaça global do tráfico de drogas, que causa a morte de milhares de cidadãos”.

“Com uma extensa rede de contatos na América Latina, assim como uma presença global em expansão, o PCC representa uma das organizações dedicadas ao narcotráfico mais significativas e preocupantes na região. Os Estados Unidos vão continuar a apoiar o Brasil e outros parceiros na região nos esforços para combater a capacidade de operação do PCC, incluindo a sua capacidade de lavar fundos ilícitos através do sistema financeiro global”, indicou o subsecretário do Tesouro para Terrorismo e Inteligência Financeira dos EUA, Brian E. Nelson, em nota.

Nelson esteve na sede do MP-SP em agosto de 2022, para discutir uma cooperação entre a agência dos EUA e o MP-SP no combate às organizações criminosas com atuação transnacional. O acordo resultou na “implementação de um fluxo de informações que viabiliza a aplicação das sanções a integrantes do PCC e a empresas utilizadas pela organização para lavar dinheiro”, diz o MP. O Estadão não localizou a defesa de Diego Macedo Gonçalves do Carmo. ●

Corte internacional condena Brasil por mortes na Operação Castelhino

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Brasil em dois episódios: a ação da Polícia Militar de São Paulo que ficou conhecida como Operação Castelhino, em 2002, e a morte de Antonio Tavares Pereira, membro do Movimento Sem Terra (MST), em Campo Largo, no Paraná, em 2000. As sentenças foram proferidas ontem.

Não cabe recurso contra a decisão. Se não cumpri-la, o Brasil, que integra a Conven-

ção Americana de Direitos Humanos, fica sujeito a punições, que podem partir tanto da própria Corte como da Organização dos Estados Americanos (OEA). As indenizações devem ser pagas pela União.

No caso de São Paulo, foram mortas 12 pessoas em um pedágio da Rodovia Senador José Ermírio de Moraes, conhecida como Castelhino, em Sorocaba (SP). Oito dos mortos estavam num ônibus e quatro divididos em duas picapes. A PM

afirmou que houve troca de tiros e a ação mirava supostos membros do PCC. Já segundo a Corte houve “operação planejada e realizada por agentes estatais para executar extrajudicialmente as referidas pessoas” e os veículos levaram 114 tiros. Conforme a decisão, devem ser pagos US\$ 80 mil (cerca de R\$ 400 mil) para cada uma das vítimas, a título de dano imaterial, além de US\$ 20 mil (cerca de R\$ 100 mil) a cada um dos oito familiares de mor-

tos na ação que buscavam reparação na Justiça.

MORTE NO PR. No caso ocorrido no Paraná, Tavares Pereira foi morto em ato pela reforma agrária reprimido pela PM. Além de pagar indenizações, a União deverá custear tratamento psicológico à família da vítima, fazer, dentro de um ano, ato público de reconhecimento às violações e garantir a proteção do monumento construído pelo MST em 2001, no local do protesto. O governo do Paraná diz já cumprir as recomendações da CIDH na proteção do monumento e que, há duas décadas, o treinamento policial tem capacitação para atuação em protestos.

Nas redes sociais, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvano Almeida, disse ser “de suma importância o cumprimento de todas as reparações históricas proclamadas

Efeitos

Não cabe recurso. Se decisão não for cumprida, País fica sujeito a punições da Corte e da OEA

pela Corte IDH”. “Não podemos tolerar, em nenhum tempo, o uso da força desproporcional por parte de agentes do Estado brasileiro.” Procurada, a PM paulista não comentou a condenação. ● GONÇALO JUNIOR